

Senado homenageia
Risoleta Neves,
viúva de Tancredo

Página 6



Antero de Barros

**CPI do Banestado
ouve ex-funcionários**

Página 7

Infra-Estrutura
debate construção de
metrô em capitais

Página 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.789 - Brasília, terça-feira, 23 de setembro de 2003

■ CAE

Ajuste fiscal nos estados pode ter estímulo

Comissão poderá examinar hoje substitutivo de Eduardo Azeredo a projeto que institui medidas para favorecer o equilíbrio de contas dos estados.

Página 7

■ EDUCAÇÃO

Bolsa para aluno de faculdade particular

Projeto que visa beneficiar universitários carentes que estudem em instituições privadas de ensino poderá ser votado hoje pela Comissão de Educação.

Página 6



Plenário deve votar hoje Estatuto do Idoso

Projeto de Paulo Paim regulamenta os direitos dos idosos, determina obrigações das entidades de atendimento e define as situações nas quais caberão penalidades. Senador lembra que medidas beneficiarão 20 milhões de pessoas



Waldeir Rodrigues

PAUTA O Plenário do Senado analisa hoje, entre outras matérias, proposta do senador Ney Suassuna que cria a Procuradoria do TCU

Aprovado na Câmara por unanimidade, o Estatuto do Idoso tramita em regime de urgência no Senado. O projeto estabelece medidas de proteção às pessoas

com idade igual ou superior a 60 anos. Também integram a pauta de hoje três propostas de emenda à Constituição. Elas se referem a normas para exames de vetos presiden-

ciais, à criação da Procuradoria do TCU e à flexibilização do monopólio estatal sobre a produção de radioisótopos - material radiativo com uso na medicina nuclear.

Página 3

PREVIDÊNCIA

Para José Sarney, reforma deverá ser votada em primeiro turno no Senado entre 29 de outubro e 5 de novembro

Página 5

José Cruz



DEBATE Jefferson Péres é autor do requerimento para realização da audiência

Celso Amorim poderá falar sobre Amazônia

A Subcomissão Permanente da Amazônia deve votar hoje, em reunião a partir das 9h30, requerimento solicitando a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para audiência pública. A reunião terá por objetivo debater os termos que regem o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e suas implicações diretas e indiretas para o desenvolvimento da região.

O tratado foi assinado em Brasília, em 1978, e tem como principal propósito incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais dos territórios amazônicos. O acordo foi firmado entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

O requerimento a ser votado, propondo a audiência, é de autoria do próprio presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM). A Subcomissão da Amazônia, que tem como vice-presidente o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Estatuto do Idoso pode ser votado hoje em Plenário



Na sessão de hoje, às 14h30, será examinado o projeto que dispõe sobre o Estatuto do Idoso (PLC nº 57/03). Apauta inclui a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta que estabelece

que vetos presidenciais sejam apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso (PEC nº 72/99); e a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta que cria a procuradoria do TCU (PEC nº 39/01).

Sarney recebe Marcílio Marques Moreira

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o embaixador Marcílio Marques Moreira, presidente da Associação

Comercial do Rio de Janeiro; às 11h, o prefeito de Fortaleza dos Nogueira (MA), Gildásio Chaves Ribeiro; às 11h30, Flávia Skrobot

Grosso, da Superintendência da Zona Franca de Manaus. À tarde, Sarney dirige os trabalhos em Plenário.

Recursos para programa de combate à Aids

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, às 10h, mensagem do Poder Executivo, nº 163/03, que pede autorização para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 100 milhões, destinado a programas de

combate à Aids. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) também se reúne hoje, às 14h30, para examinar projeto que abre crédito em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo (PL nº 20/2003).



Em debate, problemas na gestão de metrô

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne, a partir das 10h, para debater os problemas financeiros que as empresas gestoras dos metrô estão enfrentando. Foram convidados,

entre outros, Antônio Imbassahy, prefeito de Salvador; Ermínia Maricato, secretária-executiva do Ministério das Cidades; e Fernando Dueire, secretário de Infra-Estrutura de Pernambuco.

Tratado de cooperação para a Amazônia

A partir das 9h30, a Subcomissão da Amazônia se reúne para votar requerimento solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para discorrer sobre o Tratado de Cooperação Amazônica. No mesmo horário, a Subcomissão de Obras Inacabadas, presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), faz reunião para discutir a agenda dos trabalhos.



Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado realizará reunião hoje, a partir das 10h, para ouvir quatro ex-funcionários do Banestado das agências de Curitiba e Foz do Iguaçu, no Paraná, das Ilhas Cayman e de Nova York. O colegiado é presidido pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Educação vota proposições

O projeto que institui o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado (PLS nº 198/01) está na pauta da reunião de hoje, às 11h, da Comissão de Educação. O colegiado também examina proposição que torna obrigatório o uso de leite de vaca na merenda escolar (PLS nº 41/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Roosevelt Pinheiro



INFORMAÇÃO Campanhas podem reduzir mortalidade materna, diz Mozarildo

Mozarildo quer mais assistência para gestantes

Com base em estatística da Organização Mundial da Saúde (OMS), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) ressaltou a urgência de combater a mortalidade materna no Brasil. Em 2001, foram registradas 74 mortes maternas para cada 100 mil bebês nascidos vivos nas capitais do país, enquanto nos países desenvolvidos a mortalidade materna varia entre seis e 20. Estima-se ainda, segundo ele, que 98% dessas mortes poderiam ser evitadas por meio de atendimento médico.

Para reverter esse quadro, Mozarildo recomendou a realização de campanhas para conscientizar as gestantes sobre a importância de atendimento médico antes e depois do parto. Ele sugeriu ainda que os municípios mais pobres sejam equipados com unidades de atendimento à gestante e apontou para a necessidade de fazer levantamento estatístico sobre a situação das gestantes.

Poucos avanços

Ao avaliar o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, do Ministério da Saúde, que tem por objetivo aprimorar o acesso ao pré-natal, sua qualidade, a do parto e do pós-parto, Mozarildo afirmou que os resultados não foram animadores. Segundo ele, poucas mães terminam todas as fases do atendimento. Há ainda o desafio de atrair os municípios que ainda não aderiram ao programa, observou o senador.

Outras providências tomadas pelo governo foram elogiadas por Mozarildo, como portaria do Ministério da Saúde que cria a Comissão Nacional de Mortes Maternas. A portaria subsidia uma política nacional de redução dessa mortalidade. Mas o senador questiona a eficácia dessa medida.

Plenário pode votar hoje o Estatuto do Idoso

■ Proposta de Paulo Paim tramita em regime de urgência e dá maior proteção aos que têm mais de 60 anos

O Senado vota hoje o Estatuto do Idoso, que define medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O projeto de lei da Câmara (PLC 57/2003), de autoria do ex-deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), regulamenta esses direitos, determina obrigações das entidades de atendimento aos idosos e caracteriza as situações nas quais caberão penalidades.

A proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara e tramita em regime de urgência no Senado. De acordo com Paulo Paim, o projeto deverá beneficiar cerca de 20 milhões de pessoas idosas.

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) também integram a pauta hoje. Uma delas, de nº 72/1999, do ex-senador Carlos Patrocínio, define que os vetos presidenciais passem a ser apreciados em sessões separadas do Senado e da Câmara. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), apresentou parecer favorável, com uma emenda. A PEC está em sua quarta sessão de discussão,

em primeiro turno. Outra emenda, nº 39/2001, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e a terceira (nº 7/2003) visa flexibilizar o monopólio estatal sobre a produção de radioisótopos – material radiativo com uso na medicina nuclear.

Amanhã, os senadores deverão apreciar nove itens, sendo quatro emendas constitucionais, quatro projetos da Câmara e um requerimento. Entre as emendas está a do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), de nº 13/2003, que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação ou o desmembramento de municípios. O primeiro projeto da sessão (PLC nº 58/2003) já foi aprovado pela Câmara, é originário da Presidência da República e cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). A relatora, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), acatou a proposição, mas recusou as emendas oferecidas pelos membros da Comissão de Assuntos Sociais ao texto.

O PLC nº 10/2003, que recebeu parecer favorável da relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), punidos em razão de participação em movimento grevista em setembro de 1997.

Alguns dos principais pontos do Estatuto do Idoso

- > Assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas
- > Gratuidade nos transportes coletivos públicos para os maiores de 65 anos. A legislação local poderá dispor sobre gratuidade também para as pessoas na faixa etária de 60 a 65 anos
- > No caso do transporte coletivo intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos de mesma renda que excedam essa reserva
- > Nas aposentadorias, o relator acolheu redação de emenda do governo que determina o reajuste dos benefícios na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém com percentual definido em regulamento. O substitutivo aprovado na comissão especial tinha redação que vinculava o reajuste ao do mínimo
- > A idade para requerer o benefício de um salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) passa de 67 para 65 anos
- > Prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como intervenientes
- > Os meios de comunicação também deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre o processo de envelhecimento
- > Na área da educação, os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura
- > Quanto aos planos de saúde, o projeto veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito aos idosos de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação
- > O idoso terá prioridade para a aquisição de moradia própria nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades. Está prevista ainda a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária, além de critérios de financiamento da casa própria compatíveis com os rendimentos de aposentadoria ou pensão

Valmir Amaral apóia lei específica

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu a adoção de legislação específica de proteção à população idosa, assegurando os direitos comuns ao restante da população e conferindo novos direitos.

– É importante que os nossos idosos levem uma vida ativa, do ponto de vista físico e intelectual. O estímulo à participação em atividades artísticas, esportivas, de lazer e de convívio representa, portanto, um componente indispensável em uma política voltada para uma melhor qualidade de vida na terceira idade – disse o senador.

Os maiores de 60 anos já somam 14,5 milhões de brasileiros – 8,6% da população. De acordo com as estimativas da

Organização Mundial da Saúde, em 2025 serão 34 milhões.

– É recomendável e sensato criar desde já as condições necessárias para uma vida segura, saudável e feliz na terceira idade – afirmou o senador.

Valmir Amaral analisou a proposta de criação de um estatuto do idoso, apresentada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele destacou a importância das linhas de ação previstas na proposta de Cabral (PLS nº 20/2003), que prevêem a implementação de políticas sociais básicas, programas de assistência social e proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos. Para Val-



Célio Azevedo

SUGESTÃO Valmir Amaral acha que projeto de Cabral poderia ser fundido ao de Paulo Paim

mir Amaral, a fusão do projeto de Sérgio Cabral com o de Paulo Paim, já em análise pelo Plenário, “pode resultar numa proposição mais abrangente, preservadas a coerência do texto e sua concisão”.

Roosevelt Pinheiro



ORDEM DO DIA Plenário deve examinar também três propostas de emenda à Constituição que constam da pauta de votações

Mão Santa defende proposta sobre municípios

Às vésperas da votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 13/2003) que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação e o desmembramento de municípios, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a aprovação da matéria pelo Plenário do Senado. Encerradas as sessões de discussão em primeiro turno, a PEC volta a

constar da ordem do dia de amanhã.

– É hora de o Senado começar a refletir sobre os benefícios da descentralização e dar oportunidade para o surgimento de novos líderes – declarou. Segundo Mão Santa, a proposta, de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), também deve propiciar a fixação do homem no meio rural, traduzindo-

se, assim, em fator de desenvolvimento. Durante sua gestão à frente do governo do Piauí, o senador peemedebista relembrou ter ocorrido a transformação de 76 povoados em municípios.

A proposta altera a redação dada pela Emenda Constituição nº 15/1996 ao artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição federal, que trata da organização dos municípios. Pelas

mudanças propostas, a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual até 12 meses antes das eleições municipais, dispensando-se a adequação a exigências previstas em lei complementar federal.

– Acho que essa proposta tem perspectiva de futuro – assinalou Mão Santa.



Wladimir Rodrigues

Alvaro estranha visita de Lula a Fidel Castro

Ao registrar que a agenda internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nove meses de governo, supera com folga a do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou uma incógnita a presença de Lula em Cuba. Ele observou que o momento não seria propício, já que sobre o presidente cubano, Fidel Castro, pesam denúncias de atentado aos direitos humanos.

– Temos consciência de que o Brasil procurou evitar uma condenação pura e simples do regime de Castro e posicionar-se de forma equilibrada no jogo geopolítico da região. Mas é incontornável: Lula não poderá evitar o tema dos presos políticos cubanos. Um país que busca conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU deverá balizar sua atuação diplomática com muito equilíbrio – afirmou Alvaro Dias.

A postura adotada pela diplomacia brasileira na última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Cancún, no México, também foi comentada pelo representante do Paraná. Ele disse que, ao arremessar dezenas de países em desenvolvimento contra o protecionismo, o Brasil conseguiu irritar diversos países ricos, cujos representantes têm atribuído aos brasileiros a responsabilidade pelo suposto fracasso da reunião.

Mesmo integrando um partido de oposição, Alvaro Dias



ADVERTÊNCIA Segundo Alvaro, atuação diplomática exige equilíbrio

manifestou seu apoio ao governo na defesa dos interesses nacionais. Ele posicionou-se contra o que considera "a voracidade das nações ricas", que colocam obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. O Brasil, ressaltou o senador, deve lutar para que as suas mercadorias recebam o mesmo tratamento que oferece aos produtos que importa da Europa, do Japão, dos Estados Unidos e da China.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a luta que o Brasil realiza em defesa da redução dos subsídios aos produtos agrícolas não começou agora. O senador registrou que as nações em desenvolvimento se mobilizam há muitos anos em diversos fóruns para que possa haver maior competitividade, sobretudo na comercialização de produtos agrícolas.

Virgílio questiona relação de Duda com PT e governo

■ Senador diz que não fica claro "onde termina o dinheiro do PT e onde começa o dinheiro do governo"

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou posição do Senado sobre o que chamou de "caráter promíscuo" das relações entre o publicitário Duda Mendonça, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, "algo que beira o escândalo".

– Amanhã, se isso evolui para pedido de CPI, vão querer dizer que queremos pôr obstáculos ao trabalho do governo.

O senador resumiu matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no fim de semana, segundo a qual o governo passa a considerar o publicitário como "ministro informal da propa-



TRANSPARÊNCIA Arthur Virgílio comenta contratação de Luís Favre

ganda". Arthur Virgílio lembrou que Duda Mendonça já cuida das contas do PT, prepara o presidente para seus discursos públicos e "é quem ganha a maior parte das licitações envolvendo verbas federais".

Para Virgílio, a promiscuidade vem do fato de não ficar cla-

ro "onde termina o dinheiro do PT e onde começa o dinheiro do governo". Ele citou informação de que Luís Favre, marido da prefeita Marta Suplicy (PT), foi contratado por Duda por R\$ 20 mil por mês para trabalhar em sua agência, supostamente prestando serviços ao PT.

Segundo Arthur Virgílio, a agência de Duda Mendonça é hoje uma das três que prestam serviços ao governo, faturando honorários de 15% sobre o valor dos contratos das campanhas. Além disso, acrescentou, o publicitário também cuida de todo o marketing do governo Lula, da imagem do PT, dos programas do partido, sugere temas partidários e escolhe projetos de administrações municipais.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) comparou Duda Mendonça com Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do nazismo.

Para Romero Jucá, críticas são injustas

Ao comentar o pronunciamento de Arthur Virgílio, que considerou injusto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a condução da política do governo na área de publicidade, que está sob a responsabilidade de Duda Mendonça.

– Ele é um dos publicitários mais respeitados do país. Se eu estivesse em campanha, gostaria de tê-lo ao meu lado. Pela sua seriedade, é uma das figu-

ras que tem condições de consolidar as mudanças que o país precisa fazer – disse.

Jucá lembrou que, no governo passado, defendeu a contratação do publicitário Nizan Guanaes para conduzir a publicidade do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois, assim como Duda Mendonça, foi escolhido por meio de licitação pública.

– Qualquer irregularidade te-

ria vindo à tona e maculado o processo licitatório – observou o senador.

No mesmo discurso, Jucá parabenizou a Universidade Federal de Roraima (UFRR) pela abertura do curso de nível superior que tem como objetivo formar professores indígenas. Ele reconheceu o esforço do reitor Fernando Menezes e de Maria Auxiliadora Melo, falecida este ano.

Orçamento examina audiência e créditos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá votar hoje, a partir das 14h30, requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) solicitando a realização de audiência pública destinada a avaliar e discutir os resultados dos Fóruns de Desenvolvimento, Participação e Inclusão. O senador informou que esses fóruns foram criados pelo governo federal com o objetivo de estimular a participação e o controle social na formulação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

O requerimento solicita o comparecimento à audiência pública do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e de um representante da Inter Redes de Direito e Política.

A Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deve analisar ainda a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 27,2 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, e do Esporte e do Turismo. Outro projeto de crédito suplementar a ser votado, no valor de R\$ 376,6 milhões, é para operações oficiais de crédito.

A CMO analisa também 18 avisos referentes a auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em vários órgãos, bem como as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) relativas ao exercício de 2002.



Sibá Machado quer audiência com secretário Luiz Dulci

Subcomissão debate dívida de estados

A Subcomissão da Dívida Pública dá prosseguimento amanhã, a partir das 18h, a mais uma audiência pública destinada a discutir as principais dificuldades que estados e municípios estão tendo para equilibrar as suas contas. Nessa reunião, já está confirmada a presença do secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas.

Presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), a subcomissão vai funcionar até o dia 11 de novembro, data em que será votado o relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que deverá enumerar as principais dificuldades encontradas por estados e municípios para administrarem as suas respectivas dívidas públicas, bem como propor soluções para esse problema.

Já foram ouvidos pela subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.



César Borges preside a Subcomissão da Dívida Pública

Principais pontos da reforma da Previdência

Ampliação do teto do regime geral – A proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 67/2003 eleva de R\$ 1.869 para R\$ 2.400 o valor do maior benefício pago pelo INSS. Este também será o teto para as aposentadorias e pensões dos futuros servidores públicos

Teto de remuneração no serviço público – O maior salário ou benefício pago no serviço público será o valor da remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal

Cálculo do valor das pensões – As pensões corresponderão ao teto do regime geral (R\$ 2.400), acrescido de 70% da parcela excedente em relação ao salário do servidor falecido

Contribuição dos inativos – Será cobrada taxa de 11% de todos aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado estadual) e R\$ 1.440 (federal). Os futuros servidores só pagarão a contribuição, quando se aposentarem, sobre o que exceder a R\$ 2.400

Idade mínima e regras de transição – Quem ainda não tem direito à aposentadoria proporcional ou integral somente terá aposentadoria integral (último salário) desde que tenha atingido as seguintes condições, cumulativas: 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher); 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher); 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo

Futuro dos aposentados preocupa Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou-se ontem apreensivo com a situação dos aposentados no Brasil, diante da proposta de reforma previdenciária em exame no Senado. Como a força de trabalho em seu estado, o Amapá, é formada de funcionários públicos federais e estaduais, qualquer política que implique perda de renda do servidor da administração direta e indireta causa preocupação no estado, disse.

Papaléo citou artigo da *Folha de S. Paulo* mostrando a queda de poder aquisitivo dos inativos. Segundo o coordenador do Sindicato dos Aposentados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wilson Roberto Ribeiro, o aposentado volta ao mercado de trabalho para garantir a renda da família, no lugar do filho desempregado. “O aposentado aceita salário menor e menos garantias trabalhistas, por isso fica na vaga”, argumenta o sindicalista no artigo citado pelo senador.

A defasagem nas aposenta-



ALERTA Papaléo adverte para perdas que servidores inativos poderão sofrer com reforma

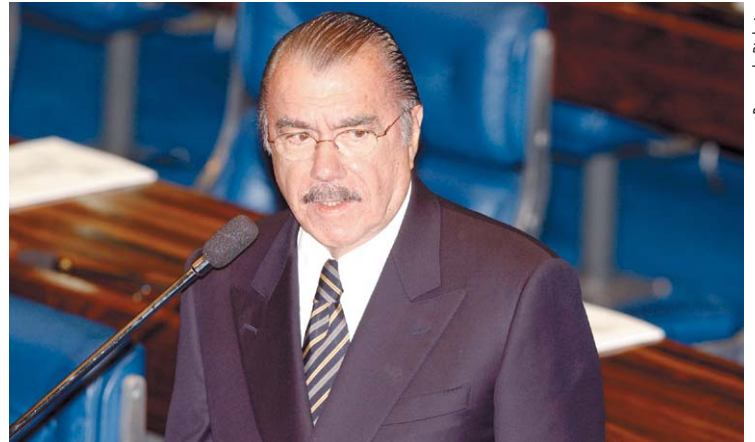
dorias, relatou Papaléo, varia de 36% a 52%, forçando o aposentado a trabalhar e, com isso, pressionando ainda mais o mercado de trabalho. Ele destacou a parte final do artigo citado: “A aposentadoria passa a ser um complemento, não a fonte principal de renda. Como o Brasil está envelhecendo, a situação tende a piorar”.

Sarney: Previdência pode ser votada até novembro

Presidente do Senado afirma que a Casa não vai examinar de maneira açodada a reforma constitucional

O presidente do Senado, José Sarney, acredita que a proposta de reforma da Previdência Social será votada em Plenário, em primeiro turno, entre os dias 29 de outubro e 5 de novembro. Sarney disse que o Senado não fará uma “votação açodada” e que a mudança previdenciária vem sendo discutida em profundidade na Casa, que promoveu três dias de debates com sindicalistas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A reforma deverá ser submetida amanhã, a partir das 10h, à primeira votação na CCJ. Inicialmente, os 23 senadores da comissão vão deliberar sobre o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC). Em seguida, os



DISCUSSÃO Sarney lembra que texto aprovado pela Câmara foi debatido em três audiências na Comissão de Justiça do Senado

senadores poderão pedir que suas emendas, recusadas pelo relator, sejam votadas em separado.

Desde quarta-feira da semana passada, quando Tião Viana apresentou seu parecer e o presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), concedeu uma semana de vista da matéria, os senadores apresentaram mais 26 emendas, elevando o total a 316. Viana deverá se pronunciar no início da reunião da co-

missão, antes da votação de seu relatório, sobre essas novas emendas.

Edison Lobão prevê que a reunião “será demorada” e, nesse caso, ele poderá suspender a votação para retomá-la à tarde, depois da ordem do dia do Plenário.

– Se preciso, entraremos na madrugada de quinta-feira votando a reforma da Previdência – informou o presidente da Comissão de Justiça.

Virgílio afirma que oposição não tem pressa em decidir sobre a proposta

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem, em entrevista, que os partidos de oposição ao governo (PSDB, PFL e PDT) “não têm pressa” e a votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) “será emenda por emenda”.

– A pressa é exclusiva do governo. A reforma só vai para o Plenário sem mudanças se o governo derrotar a oposição,

emenda por emenda. Se eles tiverem votos, eles aprovam, mas sem pressa, sem atropelamentos.

Negociação

Os líderes governistas no Senado já sugeriram várias vezes que a CCJ aprove a reforma da Previdência sem emendas, remetendo o assunto o mais rápido possível para o Plenário, onde poderão ser feitas novas sugestões de mudanças. O relator da matéria, Tião Viana

(PT-AC), já admite negociar alguns pontos, mas só pretende iniciar contatos depois da votação na comissão.

Viana quer conversar com governadores sobre os três subtetos salariais aprovados pelos deputados – um para cada Poder. Há um grande número de emendas para limitar a apenas um o subteto nos estados, que seria equivalente a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Efraim quer proteção para fundos de pensão

O líder da minoria no Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), alertou para o risco de o regime de previdência complementar vir a fragilizar o sistema de aposentadorias e pensões no serviço público e não resultar em investimentos no setor produtivo. Essa ameaça poderia ser afastada, na sua opinião, se o poder público criasse instrumentos financeiros voltados para o financiamento de inves-

timentos de longo prazo capazes de oferecer retorno adequado, estimular e viabilizar a participação dos fundos de pensão.

A sugestão se aplicaria perfeitamente à realidade brasileira, em que, segundo o senador, o mercado de capitais é pouco desenvolvido e o sistema financeiro privado não se envolve freqüentemente na concessão de crédito de longo prazo. De acordo com dados da Associa-

ção Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), 43% dos ativos das entidades de previdência fechada são aplicados em renda fixa e 14,7% diretamente em títulos públicos.

Para Efraim Moraes, a relevância dos fundos de pensão não reside no fato de aumentarem ou não a poupança agregada do país, mas sim na definição do destino dos montantes por eles acumulados.

– Mais importante que o acúmulo de recursos como provisão para aposentadoria é a forma como esse capital está sendo investido – afirmou.

Nessa perspectiva, Efraim Moraes advertiu que, se não houver uma mudança de foco nesse processo de investimento, poderá haver um comprometimento do futuro dos funcionários e do próprio serviço público.



RISCO Para Efraim, regime de previdência complementar pode prejudicar aposentadoria

Senado aprova pesar pela morte de Risoleta Neves

O Senado aprovou voto de profundo pesar pela morte de Risoleta Neves, viúva do ex-presidente Tancredo Neves, ocorrida no domingo. Os requerimentos foram dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Serão apresentadas condolências à família Neves, ao estado de Minas Gerais, à prefeitura e à Câmara Municipal de São João del Rey e à irmandade de São Francisco de Assis.

– Risoleta não foi somente a esposa de Tancredo. Ela participou do destino do seu marido e da vida pública com a sua inteligência, a sua cultura e com o seu equilíbrio, sendo sempre uma figura de moderação em todos os episódios da história brasileira contemporânea – afirmou José Sarney.



Divulgação

Camata homenageia 50 anos do Grupo Itapemirim

O senador Gerson Camata (sem partido-ES) homenageou o grupo empresarial Itapemirim por seus 50 anos completados em julho último. Sob o comando do empresário Camilo Cola, o grupo “genuinamente capixaba” é integrado por quase 20 empresas que operam no transporte rodoviário e nos ramos de revenda de veículos, agropecuária, informática, transporte de cargas, postos de combustíveis, seguros e indústria gráfica.

– Congratulo-me com a família Cola pelo extraordinário sucesso do Grupo Itapemirim, em especial da cinquentona mas sempre renovada Viação Itapemirim, matriz de um operoso conglomerado econômico que contribui decisivamente para o desenvolvimento do país – disse Gerson Camata.



Waldemir Rodrigues

Raupp lembra papel histórico da Maçonaria

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou a passagem do Dia do Maçom, ocorrido em 20 de agosto e comemorado com sessão solene no Senado. Ele lembrou a importância histórica e social da Maçonaria, e sua participação nos processos de abolição da escravatura, independência e implementação da República no Brasil. Raupp destacou a luta dos maçons em favor da anistia dos presos políticos e da restauração do sufrágio universal nas eleições majoritárias, além do investimento social da instituição, que dá a jovens, filhos de maçons ou não, treinamento prático em atividades ligadas ao civismo e às artes.



Roosevelt Pinheiro

Luiz Otávio exalta trabalho filantrópico dos maçons

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) também registrou a passagem do Dia do Maçom, lembrando o projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral, cívica e patriótica (PLS nº 241/2001). Luiz Otávio disse que um marco foi a inauguração pelos maçons da loja Comércio e Artes, em 1815, no Rio de Janeiro, que teve a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva e dom Pedro I.

– Além disso, a Maçonaria se destaca também por suas atividades filantrópicas – creches, escolas para carentes, abrigo para idosos, escolas de aprendizagem profissional e para excepcionais – afirmou.



Roosevelt Pinheiro

Projeto pode dar bolsas de estudo para carentes

■ Comissão de Educação examina hoje proposta que beneficia alunos das faculdades particulares

Em sua reunião de hoje, a partir das 11h, a Comissão de Educação (CE) deverá examinar e votar projeto do então senador Iris Rezende instituindo um programa nacional de bolsas de estudo para alunos do ensino superior privado. O projeto de lei do Senado (PLS nº 198/2001) recebeu parecer favorável do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e tem por objetivo beneficiar alunos carentes que estudem em instituições privadas de ensino superior.

A matéria será examinada em caráter terminativo, portanto seguirá direto para exame da Câmara dos Deputados no caso de ser aprovada pela CE, a não ser que haja pedido de nove senadores para que a proposta seja examinada pelo Plenário do Senado.

Também consta da pauta da comissão matéria que recebeu parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). O projeto de lei do Senado (PLS nº 240/2003) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para determi-

Waldemir Rodrigues



RELATOR Hélio Costa defende a aprovação do projeto do ex-senador Iris Rezende

nar a adoção de políticas específicas que propiciem a inclusão digital, facilitando o acesso dos alunos a bibliotecas, computadores e Internet.

“Sem dúvida essas medidas irão contribuir para a mitigação da exclusão digital, pois, mediante a educação e o investimento nos jovens, haverá, em um futuro próximo, pessoas capacitadas e com melhores aptidões para atacar outras mazelas que ainda atingem o nosso país”, diz o autor da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CE analisa ainda o projeto de lei do Senado (PLS nº 41/2003) do senador Hélio Costa tornando obrigatório o uso de

leite de vaca na merenda escolar. A matéria recebeu parecer favorável na forma de substitutivo apresentado pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A decisão da comissão será terminativa em relação a esse projeto.

Também está em pauta na CE parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que recomenda a análise, pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) realizada no Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Apesar de identificar avanços na implementação do programa, como o aprimoramento de habilidades pessoais e o desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos, o TCU teria constatado pendências em recomendações feitas em auditorias anteriores, por isso o relator recomenda a avaliação da matéria pela CFC.

Constam ainda da pauta da comissão mais 43 projetos de autorização ou renovação de execução de serviços de rádio e TV, todos terminativos no colegiado.

Constam ainda da pauta da comissão mais 43 projetos de autorização ou renovação de execução de serviços de rádio e TV, todos terminativos no colegiado.

Tocantins luta para crescer, diz Eduardo

A implementação de programas de desenvolvimento no Tocantins tem sido a base da atuação dos parlamentares do estado e de sua relação com o Executivo, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ao comentar artigo publicado no domingo na *Folha de S. Paulo*, segundo o qual, em troca dos votos da bancada a favor da reforma tributária, o governo teria liberado cerca de R\$ 39,4 milhões para o estado. O senador disse que os recursos são relativos a convênio firmado no governo passado e referem-se a programas de desenvolvimento com previsão constitucional. Eduardo afirmou que a criação do estado do Tocantins, em 1988, buscou implementar as bases para o



Roosevelt Pinheiro

ÀS CLARAS Eduardo afirmou que encontro com José Dirceu foi iniciativa dos parlamentares

desenvolvimento da região, inclusive com uma máquina administrativa enxuta. Um exemplo desse comportamento, observou ele, é o esforço que o governo estadual tem feito para dotar

o estado da infra-estrutura básica para a atração de empresas, em vez de oferecer renúncias fiscais.

O senador explicou que as negociações com o governo para a liberação de recursos para o estado tem por base um cronograma preestabelecido, o que comprova documento recebido pelo secretário de Planejamento do estado, datado de 31 de maio.

– O cronograma prevê a liberação de R\$ 52 milhões até agosto – acrescentou.

Eduardo explicou ainda que a ida dos oito deputados e três senadores ao encontro com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi iniciativa dos próprios parlamentares, feita às claras e para discutir assuntos de interesse do Tocantins.

CPI do Banestado ouve hoje quatro ex-bancários

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado deve reunir-se hoje, às 10h, para colher depoimentos de quatro ex-funcionários do banco: Eraldo Ferreira, Ricardo

Franczyk, Valdir Antônio Perin e Valderi Werle, que estavam lotados nas agências de Curitiba (PR), Ilhas Cayman, Nova York (EUA) e Foz do Iguaçu (PR), respectivamente.



Antero Paes de Barros preside a CPI que apura a evasão de divisas

Audiência discute a construção de metrô

A construção dos metrô de Salvador, Recife e Belo Horizonte será debatida hoje em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), marcada para as 10h. A iniciativa da audiência é do presidente do colegiado, senador José Jorge (PFL-PE), e dos senadores César Borges (PFL-BA) e Magno Malta (PL-ES).

Está prevista a presença da presidente do conselho da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Ermínia Maricato; do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy; do secretário de Infra-Estrutura de Pernambuco, Fernando Dueire; do re-

criada para investigar a evasão de divisas, com destaque para as operações realizadas a partir de Foz do Iguaçu, por agências dos bancos Real, Banco do Brasil, Banestado, Araucária e Bemge.

A convocação de Ricardo Franczyk também foi solicitada por Antero Paes de Barros e José Mentor, que subscrevem igualmente requerimento para a convocação de Valdir Antônio Perin, ex-gerente da agência do Banestado localizada em Nova York. Já o requerimento para a convocação de Valderi Werle foi apresentado pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

presentante da prefeitura de Belo Horizonte, Ricardo Medanha Ladeira; e do presidente da Comissão Especial do Metrô de Belo Horizonte da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.



Audiência pública foi proposta por José Jorge e outros senadores

Além da audiência, a CI deve realizar a sabatina de Francisco Oliveira Filho, indicado para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Também está agendada a votação de matérias, como o Projeto de Lei do Senado nº 224/03, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que fixa critérios para aplicação de recursos na universalização dos serviços públicos de energia elétrica.

Para Jucá, Senado deve debater acordo com o FMI

Participação do Congresso Nacional poderá reduzir as exigências do Fundo, argumenta senador



CONDIÇÃO Romero Jucá chama atenção para necessidade de o Brasil retomar investimentos

A possível renovação do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve ser amplamente debatida na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A afirmação foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), para quem a participação do Congresso pode levar à redução de exigências cobradas pelo FMI no acordo anterior, como o superávit primário equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Romero Jucá citou – e pediu que fosse incorporada aos Anais – reportagem intitulada "FMI: senadores só aceitam acordo sob condição", publicada ontem pelo jornal *O Globo*. A matéria informa que a maioria dos senadores é favo-

rável ao acordo desde que o cálculo do superávit primário do setor público exclua os investimentos das empresas estatais. A prioridade ao crescimento da economia e o aumento dos investimentos na área social também são, segundo a reportagem, outras condições apontadas pelos 23 senadores da CAE que foram ouvidos pelo jornal carioca.

– O FMI começa a se sensibilizar e isso é fruto do trabalho do governo do presidente

Lula e do ministro Antonio Palocci – disse o senador.

Nesse sentido, Romero Jucá destacou o fato de o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, ter afirmado que Lula é "uma exceção e um exemplo, no mundo, de liderança política que consegue pôr em prática as boas políticas econômicas". A declaração está contida na reportagem "Snow diz que Lula é exemplo para o mundo", do jornal *O Estado de S. Paulo*, cuja transcrição nos Anais foi solicitada pelo parlamentar.

– Precisamos que o "colchão" que representa o empréstimo do FMI não seja uma "cama de faquir", mas um pouco mais suave para possibilitar a retomada dos investimentos, inclusive na área social – argumentou o parlamentar, reforçando a opinião de que o debate sobre um novo acordo com o Fundo deve ser feito na CAE com a presença de Antonio Palocci e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – salientou Romero Jucá.

Ajuste fiscal dos estados será votado pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, a partir das 10h, substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao Projeto de Lei do Senado nº 16/03, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados. A decisão sobre a matéria será terminativa.

Também está na pauta a Mensagem nº 163/03, do Executivo, solicitando autorização para empréstimo externo no valor de até US\$ 100 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco

Mundial, destinado ao financiamento parcial do Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e à Aids.

Na mesma reunião, a CAE deve votar, em turno suplementar, substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao PLS nº 9/99, de Jefferson Péres (PDT-AM), que garante mais recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as regiões Norte,



Eduardo Azeredo, relator, apresentou substitutivo ao projeto

Nordeste e Centro-Oeste. Outro projeto de lei do Senado que está em pauta, o de nº 127/03, de autoria de César Borges (PFL-BA), cria o Fundo de Aval para o Setor Cacaueiro.

Devem ser votados ainda, entre outras matérias, o PLS nº 128/99, de Romero Jucá (PSDB-RR), que trata do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação.



Delcídio destaca integração na fronteira Brasil-Paraguai

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) registrou a realização do seminário "A Faixa da Fronteira e o Desenvolvimento", ocorrido em Ponta Porã (MS), no dia 12 de setembro. Os participantes do evento, segundo o parlamentar, debateram e apresentaram soluções para melhoria das condições de vida

da população de dezenas de municípios que integram a chamada faixa de fronteira (100 quilômetros a partir da divisão entre o Brasil e o Paraguai).

O seminário reuniu mais de 220 pessoas, entre integrantes dos governos federal e estadual, prefeituras e organizações não-governamentais (ONGs) e

outros interessados no desenvolvimento da faixa de fronteira. Vários representantes paraguaios do Departamento de Amambay – onde fica a cidade de Pedro Juan Caballero – também participaram.

Os trabalhos do seminário, informou Delcídio Amaral, resultaram na "Carta da Frontei-

ra", que propõe a construção de uma agenda básica para a integração brasileiro-paraguai. Entre outras sugestões, destacam-se a adequação das normas de trânsito de veículos que circulam nas regiões fronteiriças e a coordenação das legislações trabalhistas dos dois países.

Mercadante critica o protecionismo dos ricos

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), avaliou que, apesar do impasse final, a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Cancún, no México, representou uma "vitória política e diplomática" do Brasil e dos países pobres.

– A Rodada Uruguai havia sido a reunião em que prevaleceu a agenda dos ricos, e havia a promessa de que Cancún seria a da agenda dos pobres, mas isso não aconteceu – disse Mercadante.

Ontem, o senador leu trechos de um artigo que publicou no jornal *Folha de S. Paulo* no último fim de semana, em que menciona o fato de que uma vaca norte-americana ou europeia vive com US\$ 2 ao dia, enquanto um ser humano dos países pobres dispõe de apenas US\$ 1. "E o número de

pessoas que vive sob essa realidade é de 1,2 bilhão", acrescentou.

O líder do governo disse que o subsecretário do Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, criticou a postura do Brasil no encontro de Cancún, mas que na verdade são os EUA que devem fazer uma auto-crítica.

– Os EUA sempre foram os reis do discurso em favor do livre comércio, mas a *Farm Bill* (Lei Agrícola), aprovada recentemente, destina US\$ 195 bilhões anuais de subsídios à agricultura, o que torna praticamente impossível a colocação dos produtos brasileiros no mercado norte-americano – disse.

Mercadante afirmou que a atuação do governo representou um salto na representatividade do Brasil no exterior nos mais diversos fóruns.



Para Mercadante, subsídios inviabilizam exportações brasileiras

Ideli quer ampliar direito de quem vive no exterior

Os brasileiros residentes no exterior poderão ter seus direitos políticos ampliados, passando a votar nas eleições para governador e senador. A iniciativa partiu da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que anunciou ontem a apresentação de projeto de lei dirigido a cerca de 1,5 milhão de brasileiros que vivem fora do país e responderam, em 2002, pela injeção de US\$ 2,6 bilhões na economia nacional.

A senadora petista afirmou que o projeto terá um grande significado para as famílias

com parentes no exterior, já que busca ampliar o exercício da cidadania e possibilitar um acompanhamento das condições de vida e trabalho desses emigrantes. A intenção de estender os direitos políticos dos

brasileiros residentes em outros países, que já podem votar para presidente e vice-presidente da República, seria justificada pelos laços afetivos e econômicos mantidos com familiares e com sua terra natal.

Ideli observou ainda que seu projeto está em sintonia com as políticas traçadas pelo presidente Lula, ainda durante a campanha, na "carta aos brasileiros que vivem longe de casa". Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou Ideli pela iniciativa e lembrou já ter sugerido providências semelhantes ao governo Lula em discurso no Senado. Segundo informou Ideli Salvatti, a maioria dos brasileiros que deixam o país partem de Governador Valadares (MG), Criciúma (SC) e Maringá (PR).



Ideli: projeto está de acordo com políticas traçadas por Lula

Paim espera solução para soja transgênica

Senador crê que medida provisória autorizará plantio da safra 2004 com sementes modificadas

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem confiar que, em decisão emergencial, o governo Lula editará medida provisória (MP) autorizando a liberação do plantio da safra de soja de 2004 com sementes transgênicas.

O governo, ao autorizar a comercialização da safra de 2003 no Rio Grande do Sul, sinalizou a vontade política de regulamentar definitivamente o assunto, mas não houve tempo hábil de fazê-lo antes do plantio da nova safra, acrescentou o senador.

Juntamente com a MP, Paim observou que o governo poderá enviar projeto de lei ao Congresso para regulamentar o uso de transgênicos, segundo disse, com fundamento científico e não ideológico.

Conforme Paim, uma decisão



ESTUDOS Paim quer ampliação de pesquisas que avaliem o impacto dos transgênicos

racional passa pelo amplo debate dos setores envolvidos, que incluem os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Ele lembrou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) monitora mais de 600 experimentos transgênicos, aí incluídas as culturas de milho e de soja, e até mesmo a clonagem de animais.

Na opinião de Paim, os experimentos que a Embrapa supervisiona e os convênios que firmou com grandes empresas

multinacionais precisam ser reforçados e outras instituições devem colaborar nessa pesquisa e experimentação, aperfeiçoando os conhecimentos científicos em biotecnologia.

Somente com ampla pesquisa sobre impactos ambientais e à saúde e com debate envolvendo todos os setores, acredita Paulo Paim, o governo brasileiro terá condições de regulamentar o tema dos transgênicos sem preconceitos e de forma segura.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a pesquisa sobre alimentos transgênicos está diretamente relacionada com as técnicas de transplantes humanos e que qualquer decisão política precisa estar embasada em dados científicos incontestes.

Já o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a agricultura brasileira precisa de legislação clara para evitar a insegurança dos agricultores. Para ele, não é possível tratar um tema tão polêmico (*veja reportagem abaixo*) sempre com decisões emergenciais.

Osmar garante que meio ambiente não é afetado

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem em discurso que a soja transgênica não afeta o meio ambiente, como alegam os defensores da sua proibição no país. Ele ressaltou que a soja transgênica contém um gene que a torna resistente aos herbicidas e, assim, seu plantio faz com que o agricultor reduza em duas vezes a pulverização da lavoura com herbicida.

– É o contrário do que dizem os defensores da proibição da soja transgênica. Com duas pulverizações a menos, sai ganhando o meio ambiente. Também se alega que os transgênicos podem afetar a saúde humana, mas pesquisa mostra que, de 30 produtos colocados à venda em supermercados, 11 contêm transgênicos, até o Nestogeno, utilizado pelas crianças – informou.

Osmar Dias acha que o go-

verno deve enviar ao Congresso um projeto amplo sobre transgênicos, e não apenas uma medida provisória que autoriza o plantio de soja transgênica na próxima safra. Ele concorda com a medida provisória, porque não há mais tempo hábil para tratar do assunto em projeto de lei, pois a próxima safra começa a ser plantada no Centro-Sul em outubro.

O senador afirmou que mais da metade dos 72,5 milhões de hectares plantados em soja no mundo já recebem sementes transgênicas. Assim, a solução seria autorizar seu plantio no Brasil, desde que laboratórios qualificados certifiquem com rigor se o produto é convencional ou transgênico. Lembrou que a França, que até agora proibia a importação de soja modificada geneticamente, passou a autorizar sua impor-



EXPANSÃO Metade da soja plantada no mundo já é de origem transgênica, diz Osmar

tação, desde que haja certificação.

– Com a certificação, as cooperativas terão armazéns diferentes para os grãos convencionais e os modificados. O mundo compra soja transgênica, mas quer certificação rigorosa, para ter certeza do que consome – disse.

Osmar Dias condenou a Assembleia estadual do Paraná, que proibiu o plantio de soja transgênica no estado.

– Esse é um assunto técnico-científico. Não pode ser tratado de forma política – frisou.